

Sexualidades, corporalidades e transgêneros: narrativas fora da ordem. – ST 16

Jamil Cabral Sierra

Faculdade Assis Gurgacz – FAG

Palavras-chave: Transexualidade – Mídia – Normalização.

A Mídia Travestida... A Captura da Transexualidade a Partir de Narrativas “Do Bem”¹

Narrativa “do bem” 1 - “Travesti e Respeito. Já é hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida.”

Narrativa “do bem” 2 - “A travesti e o educador. Respeito também se aprende na escola.”

Narrativa “do bem” 3 - “A travesti e o profissional de saúde. Ajudando a curar o preconceito.”

As narrativas acima foram extraídas de cartazes e folders que faziam parte de uma campanha desenvolvida pelo Programa Nacional de DST e Aids, do Ministério da Saúde do Brasil, em 2001, com o objetivo de chamar atenção para a importância do respeito para com as/os travestis, bem como reclamar o respeito da escola, da família, do trabalho, dos postos de saúde em relação à transexualidade. O que proponho, portanto, nestas breves palavras, é fazer um exercício de leitura destes enunciados engendrados pela mídia em relação à homocultura e que têm me deixado, sobremaneira, incomodado. Assim, tento deslocar – a partir dos Estudos de Gênero e da Teoria *Queer*, bem como das reflexões foucaultianas sobre a noção de discurso, poder e (homo)sexualidades – estes ditos de “respeito e tolerância às diferenças” que estão, em cena, construindo/representando as alteridades, de modo especial aquelas que pulsam fora da heteronormatividade, no caso desta análise, a experiência de travestis, transexuais, *drag queens*...

Ao questionar tais retóricas, não significa que eu esteja dizendo que este tipo de campanha promovida pelo Ministério da Saúde não seja importante para a luta contra a diminuição da homofobia em relação às/os transexuais. Não se trata de entrar neste mérito, até porque sei que, de uma certa maneira, estas propagandas provocam um certo deslocamento neste tão insuspeitado e enraizado pensamento heteronormativo. O que já é alguma coisa. No entanto, minha reflexão, aqui, vai noutra direção. Quero é chamar atenção nestes anúncios para o movimento discursivo, para os mecanismos lingüísticos que sustentam uma lógica que está, ao meu ver, atrelada à perspectiva de subordinação de uma identidade (a transexual) em relação à outra (a heterossexual).

É que vejo estes ditos como retóricas que continuam ansiando a mesmidade, uma vez que vazam delas feixes discursivos que sustentam o pavor à diferença e que negam a multiplicidade sexual se ela estiver escapando à norma do padrão de consumo, da moral burguesa e das biopolíticas (FOUCAULT, 2001, 2002a, 2002b) de controle dos corpos, que requerem, cada vez

mais, o “politicamente correto” como simulacro das tensões do poder que estrutura as tecnologias de disciplinamento e controle dos corpos. Vamos, então (e brevemente) aos argumentos.

Quando se propõe às-aos profissionais da saúde, à comunidade escolar, aos membros da família ou às-aos colegas de trabalhos que elas-eles “respeitem” as-os travestis, sugere-se, nos entreditos destes enunciados, que elas-eles – na condição de sujeitos “normais”, heterossexuais, “homens” e “mulheres” de fato, superiores portanto, devem, num gesto de compaixão, no mínimo nutrir uma certa relação “diplomática” com estes sujeitos “estranhos”, “amorfos”, “inferiores”, já que, mesmo não sendo “homens” e “mulheres” de “verdade”, as-os transexuais (e todas as outras manifestações da homossexualidade) são seres humanos e, como tais, merecem, ao menos, serem tratados de forma respeitosa. Vou escancarar: quero frisar aqui que este tipo de campanha – por mais que talvez ela surta algum efeito na diminuição do preconceito – é uma amostra de como as pessoas ainda não conseguem admitir a diferença, de como as pessoas ainda enxergam a diferença como um arremedo do “humano”, de como as pessoas ainda pensam a diferença nesta episteme da classificação e da ordenação, que exclui todas-os aquelas-es que vivem escorregando das algemas da normalização que o centro heteronormativo impõe como regra. Admitir a diferença é muito mais que simplesmente respeitar, uma vez que esta lógica não desfaz a relação de subordinação entre a-o “verdadeira-o” mulher-homem e as-os transexuais, não desconstrói a díade normal X anormal, não subverte a dicotomização homem X mulher, no sentido de mostrar as múltiplas formas de constituição das identidades de gênero/sexuais. Assumir a postura do respeito é uma situação cômoda para aquelas-es que acreditam na polarização dos gêneros e no cimento que solidifica/naturaliza os corpos em “macho” e “fêmea”, pois assim se desobrigam de ter que encarar a diferença – de gênero/sexual, neste caso – como algo possível de existir, independentemente de nossa respeitabilidade. As-os travestis, as-os transexuais estão aí, vivem neste mundo queiramos ou não, respeitemos ou não!

Talvez seja por isso que, mesmo transgenitalizados, muitas-os transexuais continuam dizendo-se gays e lésbicas, e se isso acontece é porque há a recusa do discurso que tenta trazê-las-los para a “normalidade”, até porque

[...] os/as transexuais que reivindicam as cirurgias não são motivados, principalmente, pela sexualidade, mas para que as mudanças nos seus corpos lhes garantam a inteligibilidade social, ou seja, se a sociedade divide-se em corpos-homens e corpos-mulheres, aqueles que não apresentam essa correspondência fundante tendem a estar fora da categoria do humano. (BENTO, 2004)

A cirurgia é desejada, portanto, mais por fatores ligados à aceitação social – é preciso ser vista-o como mulher-homem senão não é possível conseguir emprego, frequentar a escola, o clube etc... A vagina e o pênis são requeridos porque sem eles não há maneira de estar no “centro”, não há jeito de receber o aval necessário que garanta o lugar social, a in(ex)clusão na norma e o

estabelecimento de ações que vão desde a escolha de que banheiro usar na escola ou restaurante até o direito de serem chamadas-os pelo nome feminino-masculino que adotaram.

Exemplos como o de Roberta Close, que foi capa da revista Playboy, são interessantes para mostrar que o que perturba (e ao mesmo tempo desperta interesse/desejo) no corpo transexuado é justamente a indefinição, a convivência, por exemplo, de seios com pênis, composição esta que torna este corpo inclassificável do ponto de vista médico, social, religioso, mas ao mesmo tempo fonte de curiosidade e atração. Se Roberta Close pôde deixar fotografar sua nudez para uma revista dirigida aos “homens” heterossexuais - mesmo antes da operação que lhe esculpiu uma vagina - foi porque, de uma certa maneira, ela já era considerada, através de uma série de outras inscrições feitas no seu corpo (cabelo, unhas, peitos, depilação...), uma mulher de “verdade”. Com a operação, a construção da vagina lhe abriu ainda mais as portas para uma vida longe do disformismo que a deixava em indefinição, em suspense. E a lógica é esta mesma, isto é, discursar que para ser “mulher” é preciso ter vagina e peito, pois assim se fortifica o apelo à heteronormatividade que, repetindo-se, reiteirando-se, citando-se, interrompe a situação de fronteira. Quando digo “reiteirando-se”, “citando-se”, estou querendo dizer que a produção de corpos-homens ou corpos-mulheres, ou o estabelecimento de atos performativos que ancoram identidades hegemônicas, bem como as linhas de resistência criadas como contraponto a tal hegemonia, acontece por aquilo que Butler (2001, 2003), firmada na idéia de citacionalidade² de Derrida, chamou de **performatividade queer**, ou seja, repetições e citações fora do contexto hegemônico, determinante, natural, que tentam romper com a normatização das práticas de gênero a partir de contra-discursos ao processo de normalização das identidades.

Tento desenvolver isto melhor: para Butler (2001, 2003), a assunção de uma identidade de gênero/sexual, longe de se dar de maneira congênita, é imposta por mecanismos que compõem um “aparato regulatório” da heterossexualidade, conjunto de técnicas estas que estão dispostas e que reiteram a si mesmas através da “produção forçosa do sexo”, de modo que a assunção da sexualidade é, desde o começo, forçada a se constituir da maneira como quer este “aparato”, esta lei reguladora dos corpos e das práticas de gênero/sexuais. No entanto, a significação deste corpo que está submetido a esta lei não se faz necessariamente porque a lei o obriga a ser como é, mas sim porque a lei mobiliza ações que, através do acúmulo citacional que se repete, gera os corpos comandados por ela. Quer dizer que a norma regulatória age como um tipo de poder que ao marcar, diferenciar, classificar é capaz de produzir os corpos que controla, de modo que a materialização do sexo num corpo não é simplesmente resultado de uma plástica estético-fisiológica, mas sim da reiteração discursiva que se impõe e interpela este corpo.

Deixe-me ver se consigo dizer isto de outro jeito: quando, por exemplo, ouvimos as futuras mães dizerem - naquelas reuniõezinhas de trocas de experiências e presentes antes de o bebê

nascer – que não vêem a hora de saber o “sexo” da criança para assim poderem compor o enxoval azul, se for menino, ou rosa, se for menina; ou quando os pais respondem a perguntas como “mas é menino ou menina?”, com uma afirmação bastante categórica do tipo “é um baita homenzinho”; ou ainda, quando se diz para uma criança coisas como “não, isto não pode, boneca e casinha não são brincadeiras de menino”, uma série de citações são recuperadas e reiteradas de tal forma que, ao serem trazidas à lembrança, elas acabam produzindo o “masculino” e o “feminino” normatizado pela heterossexualidade. O próprio ato de falar constrói aquilo que nomeia e talvez, por isso, a sensação de apagamento da historicidade destes enunciados e a fé de que são eles naturais. Desse modo é que

[...] a performatividade dever ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia. [Portanto] [...] as normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. (BUTLER, 2001, p. 154)³

Portanto, ao dizer “menina não pode jogar bola”, por exemplo, não se está simplesmente descrevendo um ato ou dando um conselho, mas sim se está inscrevendo no corpo as marcas que produzem a “mulher” da heteronormatividade: o corpo sexuado é criado, assim, através de forças políticas que geram um efeito discursivo que se reitera como “natural” e “verdadeiro”. Acontece que, como já disse, há sempre neste processo fissuras que acabam rompendo com tal projeto, e aí o tiro sai pela culatra, isto é, a experiência da performatividade transexual, por não se confortar ou se ajustar à heteronormatividade⁴, vai desestabilizar a lei hegemônica e apontar as inúmeras outras possibilidades de materialização do sexo: eis que surgem as-os transexuais, as-os travestis, as *drag queens*, os *drag kings* com suas perucas, seu salto alto, suas próteses, seu silicone e muita purpurina, rasgando o verbo e estufando o peito para mostrar a instabilidade dos corpos, a fluidez do sexo e o caráter nominal que transforma uma criança num ser dicotomizado em “menina” ou “menino”. A maneira como pulsa a-o transexual escancara a dimensão lingüística da construção dos gêneros e faz ver como a nomeação trabalha para reiterar de forma espetacularizada, via diferentes instâncias pedagógicas, inculcadoras da norma (Família, Estado, Escola, Medicina, Mídia...), e durante muitos intervalos de tempo, o estabelecimento da trincheira, da cerca. A maneira de estar-no-mundo das-dos transexuais aponta, ainda, para as possibilidades de desestabilização das regras que definem o “humano”, na medida em que sua existência escorrega e escapa do domínio da linguagem que tenta instaurar a ordem dos gêneros.

Todos estes argumentos e experiências são importantes pois afastam qualquer conotação de cunho essencialista, transcendental sobre a construção das identidades de gênero: elas se dão, de fato, de maneira espiralada, num processo de construção que precisa levar em conta não só as diferenças sócio-culturais, mas também, a multiplicidade (étnica, racial, de classe, religiosa)

encontrada no interior de uma mesma sociedade. Neste caso, é preciso entender o gênero como elemento constituidor (assim como outros elementos) da identidade dos sujeitos. É por isso que as identidades são sempre plurais, múltiplas, mutantes, paradoxais e é, por conta disto, também, que elas estão sempre diferindo: a pós-modernidade impele com força o sujeito em diferentes direções, ora para sua condição de homem, ora para sua condição de negro, ora para sua condição de homossexual, ora para sua condição de brasileiro e, assim, sucessivamente, de maneira que sonhar com uma “identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.” (HALL, 2001, p.13). Se o sujeito pós-moderno é múltiplo, ele pode exercer sua sexualidade de várias formas (com pessoas do mesmo sexo, com pessoas do sexo oposto, com pessoas de ambos os sexos, com pessoa nenhuma), ou seja, seus desejos, prazeres e atos sexuais podem ser exercidos de diferentes modos, mas todos, de alguma forma, constituindo a identidade sexual deste sujeito.

Diante disto, o que precisa ficar entendido é que o gênero masculino não é um constructo fixo, estável, homogêneo, do mesmo modo que o gênero feminino também não é um conjunto rígido, seguro, harmônico, já que, ambos, estão sempre em constante processo de relação/diferenciação. Essa hipótese serve para desconstruir a oposição binária entre homem-mulher, especialmente porque sempre há, numa perspectiva colocada em pares, o privilégio do primeiro em relação à subordinação do segundo. Despolarizar essa dicotomia vale, portanto, porque se o sujeito pós-moderno está pulverizado, a manutenção da ordem dicotômica inviabilizaria a idéia de que diferentes formas de masculinidade e feminilidade são possíveis de se constituir socialmente e, conseqüentemente, ratificaria posições de anulação de pessoas que não coubessem neste esquema dual, ou seja, expulsaria sujeitos que experenciam uma posição oblíqua em relação à condição de “homens” e “mulheres” considerados de “verdade”. Lembrem-se de que o que há são inúmeras possibilidades de construção destas identidades, ou seja,

[...] elas [as identidades de gênero] estão continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. (LOURO, 1998, p. 28)

Desse modo, as identidades de gênero/sexuais se constituiriam a partir de inúmeras possibilidades de vivências sexuais (homossexual, heterossexual, bissexual, pansexual...). Entender isso é importante para não se deixar levar pelas narrativas homofóbicas que sugerem a idéia de que os homossexuais, por exemplo, são parte de um gênero, digamos, defeituoso, imperfeito, anormal. São filhotes destas narrativas, aliás, outras que tentam construir a imagem do gay masculino com trejeitos femininos e das lésbicas com características masculinas, como se todas-as lésbicas-gays correspondessem a estes atributos. Importante é dizer que o interior de cada gênero não é uno, não possui uma gênese, não há no gênero masculino uma essência de homem (homo ou hétero) pronta e no feminino uma essência de mulher (homo ou hétero) acabada, o que implica, inclusive, em

descartar os argumentos estéreis – bêbados que estão da heteronormatividade - que insistem em tentar dizer/afirmar sobre as possibilidades de “causas” que, conjecturadamente, seriam responsáveis pela homossexualidade.

Precisamente da mesma forma que, por muitas e contraditórias razões, não faz sentido discutir o que “causa” a heterossexualidade, também não faz nenhum sentido – nem mesmo como projeto político – discutir as “causas” da homossexualidade. *Nenhuma* identidade sexual – mesmo a mais normativa – é automática, autêntica, facilmente assumida; *nenhuma* identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada (BRITZMAN, 1996, p.74)

Parece que o que Deborah Britzman propõe é a idéia – que se alia a minha - de que, em se tratando de desejos, afetividades, amor, não há regulamentação capaz de determinar que as identidades trafeguem nos trilhos dos discursos hegemônicos da biologia, da natureza, da normalidade. Aliás, quando o que está em jogo são nossas práticas sexuais, afetivas e amorosas, a identidade tem a força de flagrar-se desenvolvendo estratégias que lhe afastam de qualquer imposição contratual, de qualquer tentativa de predição, de qualquer forma de normalização, no sentido de que – estando a identidade continuamente no devir – ela possa, com esse “tornar-se” ininterrupto⁵, escapar da armadilha da fixidez armada pelo pensamento determinante.

Referências

- BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. *Labrys, Estudos Feministas*. nº 4, ago/dez 2003. Disponível em <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/berenice1.htm>. Acesso em 15/04/2004.
- BRITZMAN, Deborah. P. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. In: *Educação e Realidade*. jan./jun., 1996, vol. 21, n. 1, p.71-96. ISSN: 0100-3143
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org) *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ed. Belo Horizonte: autêntica, 2001. p. 152-172
- _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.
- _____. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. V. 1. 14 ed. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- _____. *Os anormais*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. 5ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

¹ O texto que a leitora e o leitor tem em mãos origina-se de um capítulo de minha dissertação de mestrado, intitulada “Homossexuais, Insubmissos e alteridades em transe: representações da homocultura na mídia e a diferença no jogo dos dispositivos contemporâneos de normalização”, defendida em agosto de 2004, no Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá – UEM.

² A idéia de citacionalidade derridiana é derivada de uma releitura da elaboração do conceito de Atos Performativos de Austin (1990), que estabelece como acontecem os processos de repetição na linguagem, a partir da idéia de que ao se proferir um enunciado, por exemplo, ao fazê-lo não se está simplesmente descrevendo o ato que se estaria praticando no momento da fala, mas sim se está construindo a própria ação. Neste sentido é que, segundo Bento (2004), Derrida, tomando a escrita como um processo repetível, vai dizer que é justamente esta possibilidade que a linguagem tem de se reduplicar, mesmo que longe do produtor ou de um suposto interlocutor, que vai lhe permitir este caráter de independência.

³ Esta idéia estreita relações com os conceitos de filiações discursivas e/ou memória/esquecimento, teorizados pela Análise do Discurso de Michel Pêcheux.

⁴ Preciso dizer à-a leitora-leitor que não tomo a identidade cultural da heterossexualidade como um constructo homogêneo e/ou uniforme. Pelo contrário, sei que, como todo conjunto identitário, o heteronormativo (assim como o homossexual) também possui fissuras, já que as identidades são construídas discursivamente, pelos processos de significação.

⁵ Apenas para registrar, quero dizer que partilho da idéia de que nossa “humanidade” é construída no devir e que, por isso, as marcas do que é entendido como “humano” inscrevem-se nos corpos a partir da relação mútua entre sujeito x mundo.